

O Brasil dos gramscianos

ALVARO BIANCHI*

Antonio Gramsci dedicou ao Brasil apenas três notas em seus *Quaderni del carcere*. A primeira delas, o §134 do *Quaderno 3*, não permitia estimular uma interpretação do Brasil e tinha apenas uma função instrumental, a de criticar algumas correntes políticas italianas, particularmente aquelas inspiradas em Corradini e sua imagem da Itália como uma “nação proletária”. Uma segunda nota é mais importante e fornece algumas ideias para uma interpretação do Brasil e dos intelectuais brasileiros. Essa nota está presente originalmente no *Quaderno 4*, em meio aos “Appunti di filosofia. Materialismo e idealismo. Prima serie”.

Nessa anotação, dizia-se que nos Estados Unidos era praticamente inexistente uma camada de intelectuais tradicionais e predominavam os intelectuais vinculados diretamente ao aparelho industrial. Mas a situação seria diferente na América meridional e Central, onde o clero e a casta militar herdados da colonização espanhola e portuguesa encontravam-se cristalizados, fornecendo quadros intelectuais. Por sua vez, ao contrário dos Estados Unidos, a indústria e as superestruturas correspondentes encontrar-se-iam pouco desenvolvidas na América Latina, predominando, assim, nessa região, os intelectuais de tipo rural, vinculados ao latifúndio (Q 4, §48, p.481-482).

Escrevendo em novembro de 1930, Gramsci já possuía informações sobre os “movimentos populares-militares” que haviam ocorrido recentemente na Argentina, Brasil, Peru e Bolívia. Para o sardo, esses movimentos seriam manifes-

* Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
E-mail: albianchi@terra.com.br.

tações de uma *Kulturkampf* na qual “o elemento laico e civil não superou a fase da subordinação à política laica do clero e da casta militar” (Q 4, §48, p.482). A oposição à influência dos jesuítas na vida desses países ocorreria ainda nos quadros de uma cultura que não se destacava nitidamente da Igreja e do Exército, colocando-se sob sua hegemonia e assumindo formas híbridas, como a maçonaria e a Igreja positivista.

A nota do *Quaderno 4* continha aspectos dúbios e imprecisões que Gramsci procurou corrigir nas pequenas alterações que fez na segunda versão dessa nota, publicada no *Quaderno 12*. A mais importante diz respeito à caracterização dos intelectuais vinculados à Igreja e ao Exército. Em sua primeira versão, o sardo afirmava que na América do Sul e Central “não existe uma categoria de intelectuais tradicionais” (Q 4 §48, p.481). Em sua segunda versão, escreveu que essa categoria de intelectuais tradicionais existiria, embora não fosse vasta, e que era composta, justamente, pelo clero e pelos militares, “duas categorias de intelectuais tradicionais fossilizadas nas formas da pátria mãe europeia” dos séculos XVI e XVII, caracterizadas pela contrarreforma e o parasitismo militar (Q 12 §1, p.1528-1529).

A historiografia brasileira mais recente tem corroborado várias das hipóteses apresentadas por Gramsci. A vida cultural nacional no final do século XIX e início do século XX encontrava-se ainda fortemente centralizada nos aparelhos eclesiástico e militar. Embora interpretações mais antigas enfatizassem a perda de influência da Igreja católica após a proclamação da República em 1889 e a separação entre Igreja e Estado daí decorrente, novos estudos têm demonstrado que, ao contrário do imaginado, essa instituição expandiu sua influência no sistema educacional brasileiro nas primeiras décadas do século XX, quando os colégios católicos viveram sua fase áurea e assumiram o papel de formadores das elites políticas brasileiras (Cf., p. ex., Miceli, 1988). No que diz respeito à instituição militar, por sua vez, o advento da República tornou evidente a agitação política e intelectual nos quartéis. Desde o Império (1822-1889) o Exército foi um importante centro de formação de quadros técnicos e políticos, fornecendo para o Estado não apenas os administradores das principais instituições verdadeiramente nacionais, como também os engenheiros, geógrafos, geólogos, cartógrafos e até mesmo professores, necessários à preservação da unidade política e territorial (Cf., p. ex., Alves, 2002, p.29).

Por outro lado, há nessas anotações algumas imprecisões e equívocos contestados pelas pesquisas atuais. Embora os estudos tenham corroborado a hipótese de que existia uma forte associação entre o clero e o mundo rural, como afirma Gramsci, o mesmo não ocorria no Exército. Durante o Império o recrutamento dos cadetes ocorreu preponderantemente na nobreza, mas ele se tornou cada vez mais endógeno. Mesmo no topo da carreira militar, entre os generais, essa endogenia prevaleceu. Segundo John Schulz, 31 de 39 generais do período de 1834 a 1864 eram filhos de generais ou oficiais superiores e apenas um de fazendeiro.

Nos cinco primeiros anos do período republicano (1889-1895), dos 21 generais recenseados, onze eram filhos de generais ou oficiais superiores e somente dois de fazendeiros (Schulz, 1994, p.207).¹

Gramsci também minimizou o desenvolvimento da indústria no Brasil e o surgimento de intelectuais orgânicos associados a ela. No início do século XX, o processo de industrialização brasileiro estava dando seus primeiros passos e surgiam grupos de intelectuais orgânicos da grande indústria, empresários e engenheiros que organizavam associações empresariais e centros industriais. A historiografia contemporânea sobre o empresariado brasileiro tem destacado a emergência de sindicatos de industriais e associações civis que impactaram de maneira importante nas esferas governamentais.²

As hipóteses aventadas por Gramsci a respeito dos intelectuais no Brasil encontravam-se claramente articuladas a uma teoria da formação do Estado nacional e eram extremamente férteis. Particularmente notável foi sua intuição sobre o predomínio dos intelectuais da Igreja e do Exército na vida política da jovem República. Sem dúvida eram pistas importantes que poderiam ter orientado uma agenda de pesquisa. Não foi isso, entretanto, o que ocorreu. Apesar da grande influência que a obra do sardo teve e tem neste país, sua “interpretação do Brasil” foi completamente ignorada até o momento.

1960-1980

Nos anos 1960 teve início a publicação de sua obra em português, mas foi apenas a partir da crise da ditadura militar, na década seguinte, que suas ideias ganharam força.³ Essas anotações foram solenemente ignoradas pela primeira pesquisa a utilizar largamente os conceitos gramscianos para apresentar uma interpretação da realidade brasileira, o livro de Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, publicado em 1976 (Vianna, 1978).⁴ Embora o foco dessa obra estivesse nas formas jurídicas de regulação do mercado de trabalho, é nítido na pesquisa de Vianna que seu objetivo maior era compreender o processo de modernização da sociedade brasileira, ou seja, a maneira não clássica segundo a qual se desenvolveu o capitalismo neste país e as instituições políticas a ele adequadas.

1 O recrutamento endógeno continuará preponderante nas décadas posteriores (Stepan, 1975).

2 Sobre a industrialização brasileira, ver Warren Dean (1971) e Wilson Suzigan (1986). Sobre os industriais e as associações empresariais durante a Primeira República, conferir Maria Antonieta Parahyba Leopoldi (2000, seção I).

3 A ditadura militar brasileira prolongou-se de 1964 a 1985. Embora os militares controlassem a vida política nacional, o Congresso funcionou de maneira controlada durante boa parte da ditadura. Em 1974, o Movimento Democrático Brasileiro, um dos dois partidos reconhecidos pelos militares, venceu a eleição em importantes estados do país. Para a maioria dos intérpretes, a crise da ditadura tem início em 1974 e se agudiza com as manifestações sindicais e estudantis de 1977.

4 Nos anos 1990, Angela Maria Carneiro Araújo (1998) também utilizou conceitos gramscianos no estudo do sindicalismo brasileiro da década de 1930.

De acordo com Vianna, o caso brasileiro não era igual ao europeu, no qual o desenvolvimento capitalista teria forjado uma complexa trama de instituições culturais e políticas no âmbito da superestrutura, nem idêntico ao norte-americano, no qual a hegemonia nasceria diretamente da fábrica, na expressão de Gramsci. O Brasil estaria mais próximo da Itália, país onde a “reprodução da americanização” em uma sociedade com “sedimentações passivas” teria exigido “um Estado autoritário e uma ordem institucional que force seu aparecimento” (Vianna, 1978, p.67-69).

Segundo Vianna, com a revolução de 1930 no Brasil foram criadas “as bases para promover ‘de cima’ o desenvolvimento das atividades do conjunto das classes dominantes, em moldes especificamente burgueses” (Vianna, 1978, p.135). O modelo conceitual que permitia compreender esse processo era o da “via prussiana”. A inspiração vinha de Lenin, o qual, analisando os caminhos para o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, fez uma importante distinção entre uma “via norte-americana” e uma “via prussiana”. No modelo norte-americano, a pequena propriedade camponesa explodiu, por meio de uma revolução, o latifúndio feudal e os obstáculos que este havia imposto a uma economia tipicamente capitalista. No modelo prussiano, a “liquidação das antigas relações de propriedade no campo não se faz num só processo, mas por uma adaptação progressiva, mais lenta nuns casos do que noutros, ao capitalismo” (Vianna, 1978, p.128).⁵

Essa via prussiana seria semelhante ao que Barrington Moore Jr. (1966) chamou de *modernização conservadora*. De acordo com o autor de *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, a transição burguesa na Alemanha e no Japão havia ocorrido de maneira reacionária, segundo uma “revolução pelo alto”, na qual as lideranças agrárias tradicionais teriam assumido a frente do processo de modernização e preservado em sua realização formas autoritárias de controle social. Segundo afirmou Vianna:

se a revolução “pelo alto” consiste numa forma de induzir a modernização econômica através da intervenção política, implica, de outro lado, numa “conservação” do sistema político, embora promova rearranjos nos lugares ocupados pelos seus diferentes protagonistas. Num certo sentido, toda revolução “pelo alto” assume a configuração particular de uma revolução “passiva”, como Gramsci a descreveu no *Risorgimento*, isto é, de uma revolução sem revolução. (Vianna, 1978, p.141)

Nesse livro, via prussiana, modernização conservadora, revolução pelo alto e revolução passiva eram termos intercambiáveis e expressavam o processo de condução do processo de modernização da sociedade e da economia brasileiras pelas elites agrárias não exportadoras, o qual teria ocorrido por meio do aparelho estatal. Carlos Nelson Coutinho recorreu a uma interpretação análoga em seus

⁵ As ideias a respeito das duas vias estão expostas em Lenin (1977, p.240-245).

maravilhosos afrescos sobre a cultura brasileira, os quais foram posteriormente reunidos em *Cultura e sociedade no Brasil* (Coutinho, 2005). De acordo com o crítico brasileiro, o caminho da sociedade brasileira para o progresso “ocorreu sempre no quadro de uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lenin chamou de ‘via prussiana’ e Gramsci designou como ‘revolução passiva’”. Dessa maneira, a mudança social teria seguido sempre a via da conciliação entre o novo e o velho, “mediante um reformismo ‘pelo alto’, que excluiu inteiramente a participação popular” (Coutinho, 2005, p.102-103). Segundo Coutinho,

generalizando o conceito, pode-se dizer que – na base de uma solução “prussiana” global para a questão da transição para o capitalismo – todas as grandes alternativas concretas vividas pelo nosso país, direta ou indiretamente ligadas àquela transição (Independência, Abolição, República, modificação do bloco de poder em 1930 e 1937, passagem para um novo patamar de acumulação em 1964), encontraram a resposta “à prussiana”: uma resposta na qual a conciliação “pelo alto” não escondeu jamais a intenção explícita de manter marginalizadas ou reprimidas – de qualquer modo, fora do âmbito das decisões – as classes e camadas sociais “de baixo”. (Coutinho, 2005, p, 51)

Centradas na identidade entre a via prussiana e a revolução passiva, as interpretações do Brasil desenvolvidas por Werneck Vianna e Coutinho abriram caminho para uma superação dos esquemas dualistas prevalentes na cultura brasileira das décadas precedentes. De acordo com esses esquemas, a sociedade brasileira seria caracterizada por um confronto entre as forças do progresso e da conservação, do industrialismo e do agrarismo, do capitalismo e do “feudalismo”. Também as vertentes políticas oriundas do antigo Partido Comunista Brasileiro encontravam-se subordinadas a essas concepções dualistas. A consequência política dessas concepções era o predomínio na esquerda da defesa de uma revolução anti-imperialista e antilatifundiária, a qual deveria contar com o apoio de uma burguesia progressista.⁶

O golpe civil-militar de 1964 deixou claro que a burguesia brasileira nunca teve interesse algum nessa revolução nacional e antifeudal. As análises de Werneck Vianna e Coutinho lidavam com esse problema. O que eles demonstraram, por meio dos conceitos de via prussiana e revolução passiva, foi que as formas políticas e sociais modernas e arcaicas combinaram-se organicamente ao longo do tempo e promoveram, por meio de acordos, um processo de modernização da

6 Na conhecida declaração de março de 1958, o Partido Comunista Brasileiro afirmou: “O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista” (PCB, 1982, p.187).

sociedade brasileira e conformação de um capitalismo industrial, ao mesmo tempo em que impedia a revolta popular.

A maneira como Vianna e Coutinho expunham seus argumentos chama a atenção. Embora demonstrassem conhecer bem o conteúdo da fórmula da revolução passiva, nenhum texto de Gramsci era citado por esses autores para sustentar seu uso.⁷ Prevalencia uma utilização quase acidental, muitas vezes frouxa da fórmula da revolução passiva. É evidente, entretanto, que um tratamento mais consistente dessa fórmula gramsciana tornaria mais robustos seus argumentos. Vianna parece intuir isso quando ressalva que a fórmula de “revolução sem revolução” não seria idêntica à de “revolução pelo alto”, uma vez que permitiria perceber os processos por meio dos quais “as classes dominantes ‘decapitam’ as classes pela cooptação de seus líderes reduzindo-as à impotência” (Vianna, 1978, p. 141).⁸ Mas os mesmos cuidados não podem ser encontrados nesses textos de Coutinho.

1980-2000

Nas décadas de 1960 e 1970 os conceitos gramscianos foram utilizados para o estudo das formas culturais e políticas brasileiras. Mas eles não eram um objeto de estudo e de investigação independente e apareciam nos textos sempre de uma maneira instrumental. Eram, antes de mais nada, ferramentas heurísticas ou, como diria o próprio Gramsci, “um cânone de investigação empírica”.⁹ No início dos anos 1980 essa abordagem começou a mudar e os primeiros estudos brasileiros sobre a obra do marxista sardo começaram a ser publicados (cf., p. ex., Coutinho, 1981, p.11-130).¹⁰

Essa nova situação dos estudos gramscianos teve um efeito sobre as interpretações do Brasil estimuladas por seu pensamento e eles passam a perceber a especificidade do conceito de revolução passiva. Isso parece evidente em um ensaio de 1985, publicado em português três anos mais tarde, no qual Coutinho tratava de maneira mais rigorosa os conceitos e tinha uma preocupação mais acentuada com a particularidade destes. Assim como em ensaios precedentes, considerava que “todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo (desde a independência política ao golpe

7 Ressalte-se que o volume sobre o *Risorgimento* da edição temática dos *Quaderni del carcere* não despertou interesse dos editores e nunca foi publicado no Brasil. Cf. Coutinho, 1999a, p.32-38.

8 Mais uma vez Vianna não cita o texto gramsciano, muito embora o argumento seja quase literal (ver Q 19, §24, p.2011).

9 Note-se que as obras publicadas no Brasil durante a década de 1970, as quais assumem o pensamento de Gramsci como um objeto de análise, são todas traduções de estrangeiros (Macciocchi, 1976; Istituto Gramsci, 1978; Fiori, 1979; Gruppi, 1978; Portelli, 1978; Joll, 1979; Buci-Glucksmann, 1980). A exceção é o livro de Mário Innocentini (1979), resultado de uma tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo alguns anos antes. Essa obra, entretanto, era claramente limitada e nunca chegou a se constituir em uma referência no campo dos estudos gramscianos.

10 Esse texto foi expandido, aperfeiçoado e republicado várias vezes por Coutinho (a última delas Coutinho, 1999b). O livro foi, posteriormente, traduzido para o inglês e o italiano.

de 1964, passando pela Proclamação da República e pela Revolução de 1930), encontraram uma solução ‘pelo alto’, ou seja, elitista e antipopular” (Coutinho, 1988, p.107). Contudo, desta vez Coutinho apresentou suas ressalvas ao conceito de “via prussiana”. Na medida em que no pensamento de Lenin esse conceito se referia exclusivamente às transformações na infraestrutura, ele não seria suficiente para captar as características superestruturais que acompanhavam e muitas vezes determinariam essas transições. A fórmula gramsciana da revolução passiva sublinhava fortemente a particularidade do momento político do processo histórico, permitindo uma melhor compreensão do caso brasileiro, no qual o protagonismo estatal foi crucial (Coutinho, 1988).

Na interpretação de Coutinho a revolução passiva conteria sempre os momentos da restauração da ordem, subordinando os movimentos populares reais ou potenciais, e uma renovação desta, por meio de “modificações efetivas”, as quais “produziram importantes modificações na composição das classes e prepararam o caminho para novas transformações reais” (Coutinho, 1988, p.109). Esses dois momentos poderiam ser identificados nos casos históricos exemplares discutidos por Coutinho – o Estado Novo de Vargas em 1937 e o regime ditatorial após 1964.

Nascida da repressão ao fracassado *putsch* comunista de 1935, a ditadura de Vargas promoveu uma rápida industrialização e promulgou uma legislação de proteção ao trabalho que garantiu direitos como o salário mínimo, as férias remuneradas e o direito à aposentadoria. Essa renovação do capitalismo e o consenso obtido por Vargas entre os diferentes grupos sociais permitiriam definir sua ditadura como uma revolução passiva, ou uma “restauração progressiva” (Coutinho, 1988, p.110).¹¹ Uma situação similar teria ocorrido no processo de constituição de um capitalismo monopolista durante a ditadura militar inaugurada em 1964. O Estado teria investido maciçamente no processo de “consolidação e expansão do capitalismo monopolista”, mudado o caráter da produção agrícola, reforçado o princípio do lucro privado e submetido os interesses dos capitalistas individuais ao “capital em seu conjunto”. À frente desse processo de modernização, o regime militar-tecnocrático teria conquistado, “em alguns momentos, um significativo grau de consenso entre amplos setores das camadas médias” (Coutinho, 1988, p.111).

Esse movimento de aprofundamento da investigação conceitual e retorno à interpretação do Brasil também foi promovido por Luiz Werneck Vianna, o qual publicou em 1995 um longo ensaio sobre o conceito gramsciano de revolução passiva e, no ano seguinte, voltou a mobilizar este para interpretar o Brasil. Nessa nova leitura de Vianna o protagonismo histórico caberia “aos fatos”, à estrutura, os quais imporiam seu ritmo forçando os processos de transformação social. A análise da América e o americanismo com sua força vital proveniente do mundo fabril teria conduzido Gramsci, segundo esse intérprete, a conceber a importância das

11 Coutinho cita aqui a pesquisa de Luiz Werneck Vianna (1978).

superestruturas como um efeito do “atraso no desenvolvimento da estrutura” dos países que tardiamente chegaram ao moderno capitalismo (Vianna, 1997, p.45).

Essa leitura objetivista do processo de revolução passiva permitia a Vianna apresentar uma concepção nitidamente reformista do processo político, o qual, guiado pela força dos fatos, só admitiria a transformação molecular. Nesse processo poderia ter lugar a gestação gradual de uma nova vida estatal na qual as forças das classes subalternas, imprescindíveis para a existência da nova vida fabril, pudessem também se manifestar na nova ordenação superestrutural. A surpreendente conclusão era a de que a revolução passiva se manifestaria concomitantemente como negativa e positiva. Negativa, porque a ação das elites se exercia sempre de modo a reproduzir a ordem existente; positiva, porque permitia que no processo a democratização social avançasse molecularmente (Vianna, 1997, p.77).

Esse caráter positivo da revolução passiva teria sido explorado pela política reformista do Partido Comunista Brasileiro. Com a declaração de agosto de 1958 os comunistas teriam adotado a via da transformação molecular da sociedade brasileira e abandonado o caminho revolucionário. A partir dessa opção reformista, “a revolução passiva deixa de ser o cenário exclusivo das elites, passando a incorporar o projeto de ação do ator da antítese, cujo objetivo é o de introduzir o elemento ativo no processo de transformismo que estaria em curso” (Vianna, 1997, p.19). Esse caminho que apostava na ativação do gradual e molecular teria sido reaberto, segundo Vianna, na transição do autoritarismo para a democracia, a partir dos anos 1970. A exigência, por parte das classes trabalhadoras, de incorporação de direitos sociais sob a ação tutelar do Estado teria massificado a cidadania e aproximado a democracia política da democracia social. A ativação social das classes trabalhadoras teria, assim, modificado o caráter da revolução passiva. Faltaria, entretanto, que essa atividade social se encontrasse com a política, expressando-se diretamente na esfera estatal e permitindo que os grupos dirigidos se convertessem em grupos dirigentes (Vianna, 1997, p.23-24).

Carlos Nelson não podia concordar com essa tentativa de positivação da revolução passiva. Já naquele ensaio de 1985, ele havia alertado que Gramsci recusava explicitamente uma leitura positiva da revolução passiva e sua transformação em programa político (Coutinho, 1988, p.112). Mas a leitura de Vianna colocava um importante desafio para Coutinho, uma vez que ela não era incompatível com sua ênfase nos processos de “modificações efetivas” que teriam lugar nas revoluções passivas, os quais abririam a possibilidade de “transformações reais”. Quando essa leitura da revolução passiva era completada com a estratégia do reformismo revolucionário advogada por Coutinho, pouca distância passava a separá-lo de Vianna.

2000 – até o presente

As interpretações do Brasil baseadas nos conceitos gramscianos que tiveram lugar entre os anos 1970 e 1990 enfrentavam, direta ou indiretamente, o problema

da crise da ditadura e as possibilidades existentes para a democracia e o socialismo. Embora Vianna e Coutinho tivessem pertencido ao PCB, a trajetória de ambos foi oposta. Coutinho passou por um processo de radicalização política que o levou, primeiro, a romper com o PCB e, depois, com o Partido dos Trabalhadores (PT). Vianna, por sua vez, afastou-se cada vez mais da esquerda partidária e seu pensamento aproximou-se gradativamente de um liberalismo inspirado por Alexis de Tocqueville. A radicalização de Coutinho pode ser acompanhada em sua participação no debate a respeito do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2012), no qual mais uma vez a fórmula da revolução passiva foi mobilizada.

Coube a Francisco de Oliveira abrir o debate. Primeiro, com um longo ensaio no qual expôs a realidade social brasileira recorrendo à metáfora do ornitorrinco, uma forma bizarra na qual o subdesenvolvimento teria sido superado, permitindo a chegada do país de modo pleno ao mundo moderno, mas sem que isso tivesse permitido deixar para trás as enormes desigualdades sociais existentes no país (Oliveira, 2003). Familiarizado com as teorias cepalinas, Oliveira considerava que o subdesenvolvimento poderia ser um caso de revolução passiva, muito embora considerasse que essa fórmula gramsciana não captaria plenamente a especificidade da América Latina, na qual as ex-colônias guardam uma relação de dependência com as metrópoles e onde a força de trabalho assume formas primitivas como o escravismo e as *encomendas* (Oliveira, 2003, p.126-127).

A trajetória econômica do Brasil teria permitido superar, a partir dos anos 1990, a condição de subdesenvolvimento, mas sem que as formas primitivas de regulação da força de trabalho e a dependência externa tivessem sido superadas. Criou-se assim uma situação nova na qual “não está à vista a ruptura com a longa ‘via passiva’ brasileira, mas já não é mais subdesenvolvimento” (Oliveira, 2003, p.146). Essa via passiva teria encontrado seus dirigentes nos grupos associados ao mundo das finanças. Por essa razão o Partido dos Trabalhadores, de Luiz Inácio Lula da Silva, e o Partido da Social-Democracia Brasileira, de Fernando Henrique Cardoso, teriam convergido:

o governo Lula realiza o programa de FHC radicalizando-o: não se trata de um equívoco, nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. (Oliveira, 2003, p.147)

Juntamente com Ruy Braga, argumentei na ocasião que a atualização dessa via passiva poderia ser melhor explicada se, em vez de se imaginar uma “nova classe social” nascida abruptamente, fosse estudado o lento processo de financeirização da burocracia sindical, por meio do qual sindicalistas petistas se converteram em gestores dos gigantescos fundos de pensão das empresas estatais. A forte presença desses dirigentes sindicais no aparelho estatal permitiu ao governo um elevado

grau de controle do movimento sindical, diminuindo a resistência às políticas liberais radicais, como a reforma da Previdência. Essa mesma burocracia, agora exercendo funções no processo de acumulação do capital, permitiu que o governo Lula estabelecesse laços orgânicos com o capital financeiro (Bianchi; Braga, 2003, p.215).

Chegando ao poder, o PT completou o ciclo de seu transformismo e assumiu a direção da revolução passiva brasileira. As mudanças em seu discurso político atestaram a gradativa substituição de uma lógica da diferença, na qual o protagonismo caberia aos movimentos sociais e à experiência autônoma das classes trabalhadoras, por uma lógica estatal, na qual o protagonismo caberia ao Estado dirigido pelo PT. Como expressão de uma dialética mutilada, nas palavras de Gramsci, a revolução passiva brasileira permitia uma atualização da estrutura econômica do capitalismo por meio de sucessivas transições comandadas pelo Estado, evitando a intervenção ativa das classes subalternas no processo. A novidade dessa nova revolução passiva residia no papel desempenhado por novos sujeitos sociais originários das classes subalternas (Bianchi; Braga, 2005, p.1753 e 1761).

Oliveira voltou à carga, em um provocativo ensaio intitulado “Hegemonia às avessas”, publicado logo após a reeleição de Lula em 2006. O caso brasileiro seria semelhante àquele da África do Sul, no qual a chegada do Conselho Nacional Africano (CNA) ao poder abriu caminho para reformas liberais radicais. De acordo com esse autor, essa seria uma situação na qual “classes dominadas” teriam tomado a “direção moral da sociedade”, mas cuja contrapartida seria tornar a dominação burguesa mais descarada (Oliveira, 2010, p.24). Ter-se-ia, assim, uma inversão dos termos gramscianos. No caso brasileiro parece que os dominados dominam e que por meio dos fundos de pensão chegaram à condição de capitalistas; parece que comandam a política à frente do Executivo e de uma forte bancada parlamentar; parece que a economia está estabilizada; parece, por fim, que a pobreza foi erradicada administrativamente. O conjunto dessas aparências esconderia, entretanto, um segredo:

não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista. (Oliveira, 2003, p.27)

Esse ensaio inaugurou uma nova agenda de pesquisa no Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic) da Universidade de São Paulo (USP) e provocou a realização de vários seminários dos quais participei juntamente com Oliveira, Coutinho, Braga e outros. As fórmulas gramscianas foram tensionadas e testadas por esse desafio posto pela hegemonia às avessas. Coutinho, um dos mais animados com essa discussão, respondeu à provocação, afirmando que em sua opinião esse processo seria melhor descrito pela fórmula da *hegemonia da pequena política*.

A hegemonia na época do neoliberalismo estaria baseada no consenso passivo das classes subalternas e pela aceitação resignada do existente como algo natural. Segundo Coutinho, existiria hegemonia da pequena política: “quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente” (Coutinho, 2010, p.32). A hegemonia da pequena política não implicaria, entretanto, uma revolução passiva. Preso à uma visão, já esboçada em ensaios anteriores, nas quais tendia a destacar exclusivamente os aspectos políticos da revolução passiva, Coutinho insistiu que a revolução passiva implicaria sempre em profundas “modificações efetivas”. Expressando sua crescente radicalização política e uma visão cada vez mais cética com relação à atividade política das classes subalternas, o autor considerou a conhecida fórmula gramsciana inapropriada para caracterizar uma etapa na qual, segundo afirmava, não haveria nenhum acolhimento de reivindicações vindas de baixo.

Como alternativa, Coutinho apresentou a fórmula da *contrarreforma*, também presente nos *Quaderni del carcere*. Essa fórmula, ao caracterizar um processo de restauração que ocorre sem uma prévia revolução e sem carregar consigo nenhuma demanda das classes subalternas, permitiria compreender os processos políticos e sociais nos quais a dialética tese-antítese-síntese teria lugar por meio da pura supressão da antítese. Segundo Coutinho:

a diferença essencial entre uma revolução passiva e uma contrarreforma reside no fato de que, enquanto na primeira certamente existem “restaurações” – mas que “acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo” –, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho (Coutinho, 2010, p.35).¹²

A interpretação de Coutinho, embora extremamente interessante, encontra dificuldades para se sustentar com base nos textos de Gramsci. Por um lado é difícil aceitar que a hegemonia fosse de um processo – a pequena política – que não tinha na análise de Coutinho um sujeito nomeado. Uma hegemonia sem sujeito poderia fazer sentido para Althusser, contra o qual Coutinho havia escrito um livro nos anos 1970, mas não para Gramsci, o qual colocou sempre ênfase nas classes e grupos dirigentes que realizavam essa hegemonia.¹³ Por outro, para enfrentar a incontornável evidência de que uma das formas prevaletentes na “hegemonia da pequena política” liderada por Lula era um amplo processo de cooptação dos movimentos sociais, Coutinho procurou romper a unidade estabelecida por Gramsci entre os conceitos de revolução passiva e transformismo, separando-os.

12 Segundo Gramsci, “la Controriforma, [...] del resto, come tutte le restaurazioni, non fu un blocco omogeneo, ma una combinazione sostanziale, se non formale, tra il vecchio e il nuovo” (Q 25, §7, p.2292).

13 Ver essa crítica ao althusserianismo em Coutinho (1972).

Apesar das claras limitações, a proposta interpretativa de Coutinho tinha o mérito de destacar as formas políticas que a hegemonia passiva adquiriria no governo Lula. Um crescente processo de despolitização da política, um bipartidarismo efetivo, uma corrupção sistêmica e uma redução do debate político substantivo ao confronto de alternativas técnicas marcariam a presente hegemonia da pequena política.

Ruy Braga reagiu a essas interpretações recuperando as duas fórmulas que havíamos utilizado no primeiro governo Lula: revolução passiva à brasileira e financeirização da burocracia sindical. Procurou, por meio delas mostrar os limites da ideia de contrarreforma proposta por Coutinho. Segundo Braga, a hegemonia lulista satisfaria “se não completamente, em grande medida, as premissas gramscianas, tanto da ‘conservação’, isto é, a reação ‘dos de cima’ ao subversivismo inorgânico das massas, quanto a ‘inovação’, ou seja, a incorporação de parte das exigências ‘dos de baixo’” (Braga, 2010, p.11).

Tanto as políticas assistenciais como o Bolsa Família, quanto a ampliação do sistema universitário federal, a “reformatização” do mercado de trabalho, o reajuste do salário mínimo e o incentivo ao consumo por meio do crédito teriam sido políticas governamentais para lidar com o subversivismo das classes subalternas, incorporando de maneira precária parte de suas demandas. Sociólogo atento aos processos sociais, Braga destacou a combinação das formas sociais modernas e arcaicas que se manifestavam em uma revolução passiva que tinha lugar nas condições “inerentes à semiperiferia capitalista”. Assim, recorrendo à sua pesquisa sobre os *call centers*, ilustrou a maneira pela qual a “avançada” acumulação financeira nutria-se de formas arcaicas de discriminação nos locais de trabalho, como o racismo, o sexismo e a homofobia (Braga, 2010, p.11-12).

As observações de Braga destacavam que a revolução passiva não era um fenômeno que se verificava apenas ao nível das superestruturas, ou seja, voltado exclusivamente para as modalidades de realização da política, como Coutinho procurou cada vez mais enfatizar.¹⁴ Também eram importantes no caso brasileiro os processos que articulavam a dialética da conservação e inovação própria das revoluções passivas ao nível das forças produtivas e das relações de produção. Ou seja, era preciso estar atento aos processos de atualização do capitalismo e às formas superestruturais que estes adquiriam no caso brasileiro e perceber que a dialética da inovação-conservação não se desenvolvia simetricamente nos planos da economia e da política. A inovação econômica poderia, assim, completar-se com a conservação política.

Conclusão

O desenvolvimento dos estudos gramscianos no Brasil, particularmente a partir do final dos anos 1990, com a publicação de uma nova edição dos *Quaderni del*

¹⁴ Essa ênfase cada vez maior permite explicar porque Coutinho abandonou o conceito de “via prussiana”, o qual sistematicamente evitou utilizar neste debate.

carcere, que incorporava a maioria das notas redigidas na prisão, esteve marcado por uma crescente politização de seu pensamento. Para os brasileiros, Gramsci é, já há certo tempo, um teórico da política e como tal seu pensamento foi mobilizado para a compreensão da realidade brasileira. Essa politização estimulou abordagens criativas que procuraram interpretar as formas capitalistas híbridas que se manifestam recorrentemente na história do país e os processos de modernização e atualização dessas formas comandados “pelo alto”. Porém, ao contrário de outras realidades nacionais, esse uso de Gramsci teve como contrapartida o aprofundamento das pesquisas sobre seu pensamento, um rigor conceitual cada vez maior, a utilização de métodos e técnicas de investigação filológica e histórica cada vez mais sofisticadas e um diálogo constante com pesquisadores de outros países, particularmente italianos. No Brasil, Gramsci não é um clássico do passado. Ele é um arqueomarxista; um marxista primordial e original que ainda provoca e instiga.

No estado atual do debate, algumas linhas da interpretação gramsciana sobre o Brasil permanecem em aberto. Sugiro aqui duas agendas de pesquisa. A primeira delas recupera as interpretações gramscianas recentes sobre o Brasil. A fórmula da revolução passiva continua sendo uma importante chave para compreender o país. Mas as discussões recentes entre Oliveira, Coutinho e Braga mostraram que para avançar é necessário confrontar as leituras que tenderam a transformar esse conceito em um programa político – como Werneck Vianna –, mas também aquelas que se apropriaram desse conceito exclusivamente no plano da política – como Coutinho.

Nos *Quaderni del carcere* é possível encontrar três diferentes modelos de revolução passiva, os quais não são idênticos entre si. A revolução passiva *francesa* foi um movimento de reação a um processo revolucionário, no qual os trabalhadores haviam assumido um forte ativismo político, e uma restauração da ordem por meio do acordo entre as forças políticas da burguesia e da pequena burguesia urbana com os remanescentes do antigo regime. Gramsci sintetizou este processo com a fórmula *revolução-restauração*. A revolução passiva *piemontesa* antecipou-se à própria revolução impedindo que esta tivesse lugar, tornando desnecessário o momento da restauração, o qual cedia lugar à expansão de uma ordem estatal previamente existente. A fórmula síntese é a da *revolução sem revolução*. A revolução passiva *americana* distingue-se por ocorrer fundamentalmente ao nível das forças produtivas e das relações de produção e não da política. Trata-se de um processo de transformações no âmbito do aparelho produtivo que funcionam como contra-tendências à queda tendencial da taxa de lucro, estabelecendo um novo controle sobre a força de trabalho no interior da fábrica. Sua fórmula é a do *americanismo e fordismo*. Uma rigorosa escavação conceitual pode ajudar a compreender o caso brasileiro, no qual se combinaram as formas piemontesa e americana da revolução passiva, mas onde a revolução política e social nunca teve lugar.

A segunda das linhas de pesquisa retoma as anotações sobre o Brasil presentes nos *Quaderni del carcere*. Para a pesquisa histórica pode ser importante voltar à

intuição gramsciana a respeito dos grupos intelectuais provenientes do clero e do Exército, os quais permaneceriam dominantes até 1930. Mas a partir da revolução de 1930 novos grupos intelectuais surgiram. Primeiro os intelectuais orgânicos e condensados que, como previa o marxista sardo, surgiram da própria indústria e se organizaram em sindicatos e associações patronais extremamente relevantes para compreender a política nas décadas posteriores. Depois, os novíssimos intelectuais que, oriundos das classes trabalhadoras ou diretamente vinculados a elas, deram corpo a forças políticas antagonistas. E, mais recentemente, os intelectuais orgânicos do capital financeiro, os quais têm seu lugar em uma complexa trama que envolve o sistema bancário e uma vasta rede de aparelhos privados de hegemonia.

Ao contrário das linhas de investigação sobre a história dos intelectuais no Brasil, as quais têm procurado realizar uma sociologia dos intelectuais, muito atenta às origens sociais e às trajetórias pessoais destes, a abordagem gramsciana da história dos intelectuais é eminentemente política. Sem esquecer das origens e trajetórias sociais, essa abordagem permitiria compreender melhor a feição contemporânea do Estado brasileiro e dos mecanismos que garantem a supremacia burguesa no Brasil.

Como se vê, ainda há muito o que fazer. Gramsci continuará inspirando o pensamento político brasileiro por um bom tempo. A agenda de pesquisa que ele próprio propôs ainda não foi suficientemente explorada e seus conceitos têm se revelado extremamente úteis para a compreensão da realidade brasileira. Mas para continuar andando é sempre bom lembrar que o pensamento do sardo revela sua força quando ele não é assimilado como um ponto de chegada, mas como ponto de partida para a pesquisa filosófica, histórica e política.

Referências bibliográficas

- ALVES, C. M. C. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.
- ARAÚJO, A. M. C. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil nos anos 30*. São Paulo: Scritta, 1998.
- BIANCHI, A.; BRAGA, R. Capitalismo patrimonial nos trópicos? Terceira via e governo Lula. *Universidade e Sociedade*, v.XIII, n.31, p.205-216, 2003.
- _____. Brazil: The Lula Government and Financial Globalization. *Social Forces*, v.83, n.4, 2005, p.1753 e 1761.
- BRAGA, R. Apresentação. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p.7-14.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- _____. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.

- COUTINHO, C. N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.103-127.
- _____. Introdução. In: GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999a, v.1, p.7-45.
- _____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999b.
- _____. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- _____. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p.29-43.
- DEAN, W. *A industrialização de São Paulo: 1880-1945*. 2.ed. São Paulo: Difel, 1971.
- FIORI, G. *A vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*: edizione critica a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1977.
- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- INNOCENTINI, M. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. São Paulo: Tecnos, 1979.
- ISTITUTO GRAMSCI. *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- JOLL, J. *As ideias de Gramsci*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- LENIN, V. I. El programa agrário de la socialdemocracia en la primera revolución rusa de 1905-1907. In: *Obras completas*. Madri: Akal, 1977, v.XIII, p.240-245.
- LEOPOLDI, M. A. P. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, seção I.
- MACCIOCCHI, M.-A. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MICELI, S. *A elite eclesiástica brasileira*. São Paulo, Difel, 1988.
- MOORE, B. *Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world*. Boston: Beacon Press, 1966.
- OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p.21-27.
- PCB. Declaração sobre a política do PCB. *Voz Operária*, 22 mar. 1958. In: CARONE, E. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982, p.187.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SCHULZ, J. *O exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: Edusp, 1994, p.207.
- STEPAN, A. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- VIANNA L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

Resumo

Este artigo discute as raras referências ao Brasil que podem ser encontrados nos *Quaderni del carcere* de Antonio Gramsci, comparando-as com as descobertas da historiografia recente e as interpretações desenvolvidas por investigadores brasileiros com base na obra de Gramsci. Essas interpretações são divididas em três períodos: a) 1960-1980, quando o conceito de revolução passiva começa a ser utilizado, embora de maneira pouco aprofundada, para explicar a gênese das formas sociais e política em um país que nunca testemunhou uma revolução burguesa e no qual existia uma ditadura militar; b) 1980-2000, um período marcado pela publicação dos primeiros estudos dedicados ao pensamento de Gramsci, ao mesmo tempo em que seus conceitos eram aplicados de modo mais rigoroso; c) 2000 até hoje, um período no qual, partindo desses conceitos, analistas têm debatido a natureza do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). O artigo encerra sugerindo novas linhas de pesquisa sobre a revolução passiva e a história dos intelectuais.

Palavras-chave: revolução passiva; intelectuais; Antonio Gramsci; Brasil.

Abstract

This paper discusses the rare references to Brazil to be found in Gramsci's *Quaderni del carcere*, confronting them to the findings of the recent historiography, and the interpretations developed by Brazilian researchers on the basis of Gramsci's work. These interpretations are divided into three periods: a) 1960-1980, when the concept of passive revolution began to come into usage, albeit in a casual manner, to explain the genesis of the social and political forms in a country which had never witnessed a bourgeois revolution and which, at the time, was under a military dictatorship; b) 1980-2000, a period marked by the publication of the first Brazilian studies devoted to Gramsci's thought, along with a stricter use and application of his concepts; c) 2000 until today, a period when, drawing on these concepts, analysts have debated the nature of the Workers' Party (PT) government. The paper ends by suggesting new lines of research on passive revolution and the history of intellectuals.

Keywords: passive revolution; intellectuals; Antonio Gramsci; Brazil.